

PROTOCOLO: 01.143875/2021

PARECER Nº 058/2021

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2021  
— ANÁLISE DOS ATOS REALIZADOS  
NO PROCESSO LICITATÓRIO —  
ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL -  
ARREMATÇÃO - REGULARIDADE  
CONSTATADA.**


A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório referente à Concorrência Pública nº 004/2021, cujo objeto é a seleção de interessados na aquisição de imóveis de propriedade da Curitiba S/A.

No que tange a regularidade processual em si, o processo foi devidamente instruído com laudo de avaliação, autorização da Diretoria Executiva, indicação de gestor e suplente, publicação em jornal de circulação e no Diário Oficial. Corretamente utilizada a modalidade prevista para alienação de bem imóvel pela legislação competente.

O Edital de Concorrência Pública 004/2021 foi devidamente publicado em jornal de grande circulação do Estado, conforme comprova cópia de fls. 196 e 197, atendendo todos os requisitos legais da publicidade, principalmente no tocante a indicação do local em que os interessados poderiam ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação, bem como respeitou o prazo legal para a modalidade em questão quanto ao o recebimento das propostas ou da realização do evento.

Aberta a sessão na data e horário designados, a CPL constatou que houve o comparecimento de 05 (cinco) interessados, sendo que cada um dos interessados fez proposta para cada um dos 05 (cinco) lotes licitados, tendo portanto apenas um licitante interessado por lote. Os licitantes ofertaram as propostas dos Lotes 01 a 05, conforme ata acostada às fls. 237/240, tendo sido julgadas habilitadas ante ao cumprimento das exigências editalícias, bem como foram os interessados considerados como vencedores do certame, conforme ata de fls. 237/240.

Portanto, conclui-se que a CPL observou todos os requisitos constantes na Lei 13.303/2016, no Capítulo que trata das licitações, especialmente no que tange às disposições dos Artigos 49 e 51, no que se refere à abertura de processo licitatório administrativo, autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização competente, a indicação de seu objeto e às condições de participação. Inclusive, estando regularmente instruído como determina a lei





CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº. 243  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....

Diante disto, observado o cumprimento das exigências de ordem legal e estando o certame em consonância com as determinações da Lei 13.303/2016, entende esta Supervisão Jurídica que poderá o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 08 de novembro de 2021 .

**Ricardo Costa Maguetas**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB-PR 28.275**